

“Lobby” militar quer pressionar Congresso

Ricardo Pedreira

Brasília — Um autêntico trabalho de lobby vai ser montado no Congresso pelas Forças Armadas nos próximos meses. Preocupados com a possibilidade da futura Assembléia Constituinte eliminar sua função de responsáveis pela ordem interna do país, os ministros militares vão aumentar o número de assessores parlamentares no Congresso.

O ministro do Exército, general Leônidas Pires, já deixou clara essa intenção. Atualmente, o Exército tem quatro oficiais trabalhando na assessoria parlamentar, espécie de representação dos ministérios no Congresso. Até o final do ano, dez oficiais estarão na assessoria e na época da Constituinte serão deslocados para lá “quantos forem necessários”, tem dito o general Leônidas.

Tarefaíros

“Vamos fazer todas as coisas que podem ser feitas num regime democrático. Seremos os tarefaíros dos nossos interesses”, disse o ministro do Exército há pouco mais de uma semana. Ele tem sido enfático ao defender a manutenção das atribuições constitucionais das Forças Armadas. Pelo artigo 91 da Constituição, “as Forças Armadas, essenciais à execução da política de segurança nacional, destinam-se à defesa da pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem”.

O ministro argumenta que esse dispositivo faz parte de uma tradição quase secular, que remonta à Constituição de 1891. Para os militares, mudar seu papel por causa do golpe de 1964, quando a necessidade de manter a ordem interna foi invocada para derrubar o presidente João Goulart, é revolver o passado e esquecer a necessidade de defesa do estado.

Esse argumento foi defendido, na comissão constitucional presidida pelo jurista Afonso Arinos, por três oficiais-generais das três forças, que acabaram derrotados. O texto do comitê 10 da comissão, que diz respeito exatamente à defesa do estado, já foi aprovado e nele está prevista para as Forças Armadas a defesa dos poderes constitucionais e do território nacional.

“O eminente professor Afonso Arinos, um liberal do século passado, está fazendo o jogo das esquerdas”, acusa o deputado Sebastião Curió (PDS-PA). Tenente-coronel da reserva do Exército, direitista assumido e extremamente afinado com o pensamento militar, o deputado Curió critica o anteprojeto da comissão. Invoca sua experiência no combate ao foco guerrilheiro que o Partido Comunista do Brasil (PC do B) tentou criar no sul do Pará, no início da década de 70, como sinal claro de que as Forças Armadas precisam ter o poder de interferir na ordem interna.

O anteprojeto da comissão prevê que a manutenção da ordem interna cabe às polícias civis e militares. “Nas duas primeiras fases do combate à guerrilha do PC do B, as polícias civil e militar fracassaram. Elas não estão aparelhadas nem treinadas para isso. Só quando o Exército entrou é que pudemos derrotá-los”, recorda o deputado Curió.

Polícia debate Constituinte

Qual será a posição da PM na Constituinte? Que proposta a corporação vai encaminhar à Comissão de Estudos Constitucionais? Essas questões estão sendo discutidas pelos 22 comandantes-gerais das Polícias Militares dos estados e pela Brigada Gaúcha. Hoje e amanhã esses coronéis-PM se reunirão na fazenda Marambaia, no subúrbio carioca de Campo Grande para um exame conjunto do problema.

No Congresso, pouca gente acredita no trabalho feito pela comissão Arinos. Todo mundo pensa em mudá-lo. Além disso, o anteprojeto vai passar, antes de ser transformado em subsídio oficial à Constituinte, pelas mãos do presidente José Sarney, que já está comprometido com os ministros militares a manter as Forças Armadas como responsáveis pela ordem interna. “Realmente, não há por que mudar esta tradição”, diz o líder do PMDB no Senado, Alfredo Campos.

Essa é a posição do Governo. Mas para o PT, PDT, PCB e PC do B, as coisas são bem diferentes. O petista José Genoíno (SP), que combateu como guerrilheiro no Sul do Pará, deixa clara a disposição das esquerdas: “Será uma das grandes batalhas da Constituinte. Se não for alterado o conceito sobre o papel das Forças Armadas, será piada falar em democracia.” O líder do PDT na Câmara, deputado Matheus Schmidt, subescreve as palavras de Genoíno.

Além de usar a mesma retórica inflamada, o líder do PC do B na Câmara, deputado Haroldo Lima (BA), avisa que seu partido tem um anteprojeto sobre o tema, que será publicado dentro de 20 dias. O texto prevê para as Forças Armadas a missão exclusiva de defesa do território nacional. E ainda extingue os três ministérios militares (seriam substituídos pelo Ministério da Defesa), acaba com o SNI e elimina o status ministerial do Estado-Maior das Forças Armadas e do Gabinete Militar.

Um pouco mais cauteloso, o líder do PCB (Partido Comunista Brasileiro) na Câmara, Alberto Goldman, também anuncia que seu partido tem projeto limitando o papel das Forças Armadas, mas pede “menos passionalidade” no debate.

Assessorias

Alheios a esse tipo de crítica, os ministérios militares se preparam para ampliar suas assessorias parlamentares, cujos integrantes serão instruídos a atuar como autênticos lobistas, mostrando estudos e relatórios aos constituintes. A assessoria do Exército é a mais ativa das três forças. Seu chefe, coronel Carlos Alfredo Pelegrino, pode ser visto com frequência no cafezinho da Câmara, tradicional ponto de encontro dos parlamentares. Pelegrino vai servir como adido militar na embaixada brasileira na Colômbia, mas na semana passada já se encarregava de mostrar o Congresso a seu substituto, coronel Werlon Coroacy Roure.

Embora seja difícil definir desde já o perfil da Constituinte, a expectativa nos meios militares é de que as forças de esquerda estarão isoladas e sem força para impor suas idéias. Mesmo assim, não escondem a preocupação com o futuro. “O que esse pessoal de esquerda quer é colocar fogo na questão”, opina o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Neto. E depois sentencia: “Isso tudo é besteira. Não será um dispositivo constitucional que impedirá os militares de darem o golpe. Devemos nos preocupar é em criar um ambiente de convivência democrática.”

O comandante-geral da PM fluminense, coronel Carlos Nazaré Cerqueira, informou que o encontro destina-se ao estudo de uma ampla proposta dos coronéis sobre a participação das Polícias Militares, enquanto instituições militares, na Constituinte. O estudo, de caráter abrangente, será encaminhado, depois de pronto, à Comissão de Estudos Constitucionais presidida pelo jurista Afonso Arinos.